



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jun./Dez. de 2025

Marcelle Carvalho – UVA/
marcelle_carvalho@uvanet.br

Janilson Rodrigues Lima - UVA
janilson_rodrigues@uvanet.br

Raquel Lopes da Silva - UFSC
raquells3007@gmail.com

Felipe Alves de Oliveira - UFCat
felipe.oliveira@ufcat.edu.br

Ynaê Lopes dos Santos - UFF
ynaee.lopes.santos@gmail.com

YNAÊ LOPES DOS SANTOS: Intelectuais negras/os e novas perspectivas de futuro.

RESUMO: A entrevista feita com a historiadora Ynaê Lopes foca na temática dos intelectuais negros/as e suas contribuições para o avanço da temática racial para dentro dos espaços de produção de conhecimento. As suas reflexões perpassam assuntos como as Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, racismo, ações afirmativas e movimento negro de forma incisiva e pedagógica para aprendermos sobre esses processos e a importância da produção de conhecimento por pessoas negras. Por uma abordagem leve e potente, a pesquisadora discute temas importantes para nós, pessoas negras e aliadas na luta antirracista, a fim de contribuir para construção de meios para produção de conhecimento de forma afrocentrada, contracolonial e/ou amefricana e possamos agir em conjunto para o avanço de pessoas negras em espaços historicamente negados.

Palavras-chave: Intelectuais Negros, Ações Afirmativas, Movimento Negro.

ABSTRACT: The interview with historian Ynaê Lopes focuses on the theme of Black intellectuals and their contributions to advancing racial issues within spaces of knowledge production. Her reflections cover topics such as Laws No. 10.639/2003 and No. 11.645/2008, racism, affirmative action, and the Black movement in an incisive and pedagogical way, allowing us to learn about these processes and the importance of knowledge production by Black people. Through a light yet powerful approach, the researcher discusses important themes for us, Black people and allies in the anti-racist struggle, in order to contribute to the construction of means for knowledge production in an Afrocentric, counter-colonial, and/or Afro-American way, so that we can act together for the advancement of Black people in historically denied spaces.

Keywords: Black Intellectuals, Affirmative Action, Black Movement

Entrevista

1. Alguns pesquisadores/as negros, como, Barbara Pinheiro, bell hooks e Cornel West, vêm evidenciando diversos fatores que permeiam a produção intelectual negra. Na sua perspectiva, quais as maiores contribuições de intelectuais negros/as que reconfiguram campos das ciências humanas e sociais?

Ynaê Lopes dos Santos - A maior contribuição dos intelectuais negros e negras para as ciências humanas e sociais, a meu ver, reside na capacidade de desestabilizar as bases epistêmicas tradicionais, historicamente ancoradas em uma experiência europeia, branca e hegemônica. Esses pensadores e pensadoras não apenas desafiam a estrutura de produção de conhecimento existente, mas também deslocam o centro da análise para as margens, obrigando o campo acadêmico a confrontar suas limitações, silêncios e omissões. Essa descentralização é crucial porque evidencia como a modernidade, o Estado-nação, a cidadania e até mesmo os direitos humanos foram concebidos em contextos de colonialidade e exclusão racial. A partir das experiências negras, intelectuais como bell hooks, Cornel West e Barbara Pinheiro propõem novas formas de pensar a subjetividade, a identidade, o corpo, a linguagem e a história — não como categorias universais, mas como construções permeadas por disputas de poder, raça e classe. Ao fazer isso, eles e elas ampliam radicalmente o repertório teórico e político, inserindo contribuições vindas da história afro-diaspórica, dos territórios negros, das experiências linguísticas e culturais africanas e afro-americanas, entre outros domínios que haviam sido, até então, sistematicamente ignorados ou inferiorizados pelo cânone acadêmico.

Além disso, ao enfrentar o que Michel-Rolph Trouillot denominou como silenciamento sistêmico, os intelectuais negros são frequentemente compelidos a desenvolver novos métodos de análise e formas alternativas de leitura da realidade social. Esse enfrentamento epistemológico não é meramente técnico, mas também ético e político, pois trata de romper com estruturas de conhecimento que invisibilizam ou exotizam a experiência negra. Em muitos casos, o próprio embate com esse silenciamento se torna o objeto de estudo, inaugurando abordagens interdisciplinares que fundem teoria e vivência, ciência e militância, razão e

sensibilidade. É nesse sentido que autores como W.E.B. Du Bois, Aimé Césaire, Achille Mbembe, Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Zora Neale Hurston, C.L.R. James e Guerreiro Ramos, entre outros, tornam-se fundamentais: suas obras não apenas inserem a experiência negra nos debates acadêmicos, mas reconfiguram os próprios marcos do saber, tornando visível que qualquer análise séria sobre sociedade, cultura e política precisa, necessariamente, considerar os efeitos do racismo, da diáspora e da resistência negra.

Sendo assim, considero que a maior contribuição dos intelectuais negros e negras no campo das ciências sociais reside, simultaneamente, em alargar o escopo da área e tensionar suas fundações. Ao formular novas perguntas, trazer outros sujeitos e experiências para o centro da análise, e propor objetos de estudo antes marginalizados, esses pensadores e pensadoras expandem os horizontes do que pode e deve ser pensado socialmente. No entanto, ao fazerem isso, revelam também os limites estruturais da própria disciplina, demonstrando como ela foi historicamente organizada a partir de uma lógica abertamente racista e colonialista, que instituiu silêncios metodológicos e epistemológicos em nome de uma suposta neutralidade. Ao escancarar esses mecanismos, os intelectuais negros não apenas contribuem para o avanço das ciências sociais, mas as obrigam a rever seus pressupostos, métodos e compromissos ético-políticos, promovendo uma reforma profunda e necessária no modo como se produz conhecimento sobre a sociedade.

2. Há diferenças de gênero e/ou sexualidade nessa produção intelectual?

Ynaê Lopes dos Santos - Sem dúvida, há diferenças marcantes de gênero e sexualidade na produção intelectual, e ignorá-las seria perpetuar as violências simbólicas e materiais que estruturam a história do pensamento ocidental. O mundo moderno foi edificado sobre a sobreposição de desigualdades — raciais, de classe, de gênero e de sexualidade — que se consolidaram como mecanismos de exclusão epistêmica. Se o racismo é um dos eixos centrais da organização do mundo contemporâneo, o patriarcado, o sexismo e a misoginia operam com a mesma força estruturante. Isso se reflete diretamente na forma como o conhecimento foi e continua sendo produzido. A marginalização das mulheres no campo científico e

acadêmico não é um detalhe acidental, mas parte de um projeto sistemático de apagamento. O abismo nas pesquisas sobre e feitas por mulheres, tanto nas ciências humanas quanto nas ciências naturais e biomédicas, é resultado direto dessa lógica: durante séculos, não houve interesse — nem político, nem econômico — em desenvolver estudos que tomassem o corpo, a vida e as experiências das mulheres como centrais. O conhecimento, assim, foi moldado a partir de uma perspectiva masculina, branca, eurocentrada e heteronormativa, que naturalizou a ausência feminina como se fosse consequência da "falta de contribuição", quando na verdade se trata de uma opressão epistemológica sustentada historicamente.

Além disso, é fundamental entender que essa exclusão opera de maneira ainda mais intensa quando somada a recortes de raça, classe e sexualidade. Mulheres negras, indígenas e LGBTQIAPN+ enfrentam um duplo ou triplo silenciamento, sendo historicamente empurradas para as margens do debate, tanto na condição de produtoras quanto de objetos de conhecimento. É profundamente sintomático que seus nomes estejam ausentes da formação cidadã — não apenas no Brasil, mas globalmente —, como se a atuação política, intelectual e social dessas mulheres fosse irrelevante. E quando aparecem, muitas vezes é sob o signo da exceção, como se fossem casos isolados, e não resultado de uma luta contínua contra as estruturas de apagamento. A naturalização dessa exclusão é insidiosa, pois além de manter a invisibilidade, responsabiliza as próprias mulheres por não ocuparem espaços que sempre lhes foram negados. A produção intelectual negra e feminista, especialmente interseccional, tem denunciado essa lógica e, ao mesmo tempo, proposto novos caminhos para o pensar e o fazer científico. Ainda hoje, há uma luta diária — travada nos corpos, nos textos, nas instituições e nas ruas — para que essas vozes não apenas sejam ouvidas, mas reconhecidas como legítimas, complexas e fundadoras de novos paradigmas de conhecimento.

3. Estatisticamente, temos visto a entrada de um número crescente de estudantes negros e negras nas universidades, ainda que com considerável variação entre cursos. Considerando isso, em sua perspectiva, qual a importância de se estudar intelectuais negros e negras em nossos cursos de graduação e principalmente nos cursos de formação de professores?

Ynaê Lopes dos Santos - Vejo como algo profundamente orgânico — e, ao mesmo tempo, politicamente potente — que o ingresso crescente de estudantes negros e negras nas universidades públicas tenha tensionado diversas dimensões da vida acadêmica, incluindo a composição das referências bibliográficas utilizadas nos cursos de graduação. Foram, em sua maioria, esses estudantes que começaram a perguntar com insistência: “Onde estão os autores negros brasileiros e estrangeiros?” — uma demanda que, embora tardia, foi rapidamente notada pelo mercado editorial brasileiro, gerando uma ampliação da oferta de obras antes marginalizadas. Esse movimento é um dos muitos frutos das políticas de ação afirmativa, especialmente das cotas raciais e sociais, que não apenas ampliaram o acesso ao ensino superior, mas trouxeram para dentro da universidade novas experiências, perguntas e formas de ver o mundo, que recusam baixar a cabeça frente a uma estrutura historicamente excludente. Os estudantes cotistas, longe de apenas ocuparem cadeiras, estão transformando o espaço acadêmico ao exigir que suas vivências sejam levadas a sério como fundamento legítimo da produção de conhecimento. Isso não significa, entretanto, que suas trajetórias sejam fáceis: há ainda enormes desafios relacionados à permanência, desde questões socioeconômicas até a vivência cotidiana de um racismo institucional muitas vezes silencioso, mas profundamente operante. Nesse sentido, recomendo a leitura do livro *Cotas Raciais no Brasil*, de Márcia Lima e Luiz Augusto Campos, que discute justamente os impactos e os limites dessas políticas na estrutura universitária.

A inclusão de intelectuais negros e negras nos cursos de graduação — e, especialmente, nos cursos de formação de professores — tem uma importância estratégica e simbólica profunda. Para além da necessária reparação histórica, trata-se de enriquecer o próprio campo acadêmico, introduzindo novas abordagens críticas, epistemologias outras e objetos de análise que foram sistematicamente negligenciados. A presença desses autores nos currículos amplia o espectro analítico e oferece ferramentas mais plurais e afinadas com a complexidade da sociedade brasileira, marcada por desigualdades raciais persistentes. Em cursos de licenciatura, essa presença é ainda mais crucial, pois forma os profissionais que estarão em sala de aula, impactando diretamente as próximas gerações. Conhecer e estudar intelectuais como Lélia Gonzalez, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento, entre tantos outros, não é apenas um ato de inclusão, mas uma reconfiguração do que entendemos por conhecimento válido

e relevante. Além disso, há um poderoso efeito simbólico: ao se depararem com esses nomes, estudantes negros podem se reconhecer e se projetar no espaço acadêmico, entendendo que esse também é um lugar possível para eles. O currículo, nesse sentido, deixa de ser apenas um instrumento técnico e passa a ser também um campo de disputa por representatividade, legitimidade e justiça histórica.

4. Como a senhora, como professora e intelectual negra, vê as influências das Leis Nº 10.639 e Nº 11.645 no debate sobre intelectuais negros/as e indígenas dentro das universidades?

Ynaê Lopes dos Santos - Bom, é preciso começar pontuando que as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são frutos diretos das lutas históricas dos movimentos negro e indígena no Brasil e da atuação de intelectuais que, por meio de seus saberes e experiências, tensionaram as estruturas racistas que organizaram o sistema educacional brasileiro desde sua origem. Essas leis não nasceram de um gesto de benevolência estatal, mas de um processo de enfrentamento e reivindicação coletiva, no qual educadores, pesquisadores e militantes negros e indígenas tiveram papel decisivo. Elas são, portanto, expressões de um projeto de país que reconhece a pluralidade de suas matrizes civilizatórias e de seus modos de produzir conhecimento. É importante lembrar que sua formulação contou com a presença e a influência de intelectuais como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Gersem Baniwa e tantas outras pessoas que, de dentro e fora das universidades, lutaram para que o Estado reconhecesse a centralidade das contribuições africanas e indígenas na formação do Brasil. Nesse sentido, as leis se inscrevem numa tradição de resistência epistêmica que desafia a lógica colonial que, historicamente, desqualifica os saberes não brancos e os coloca à margem do cânone acadêmico.

Contudo, ainda que representem uma conquista histórica e tenham ampliado o repertório da história e da cultura brasileira — trazendo à tona personagens, narrativas e epistemologias até então invisibilizadas —, a implementação das Leis nº 10.639 e nº 11.645 continua marcada por grandes desafios. Em grande parte das escolas e universidades, sua aplicação depende da sensibilidade e do engajamento individual de professores e gestores, o que

demonstra a ausência de uma política efetiva e estruturante. Além disso, ainda é raro vermos, nos currículos e nas salas de aula, negros e indígenas sendo reconhecidos e ensinados como intelectuais, pensadores e produtores de teoria sobre o Brasil — lugares tradicionalmente reservados a figuras brancas. A presença de autores como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Davi Kopenawa, Ailton Krenak ou Sueli Carneiro nas universidades ainda é tratada como exceção e não como fundamento de uma leitura plural do país. Por isso, as duas leis são também convites permanentes à revisão dos cânones e à reconstrução de um pensamento nacional que reconheça que não há história nem reflexão crítica sobre o Brasil sem a centralidade das experiências e dos saberes afro-indígenas.

5. A inserção de intelectuais negros e negros nas ciências humanas trouxe não só maior representatividade, mas também contribuiu para uma mudança nos temas de pesquisa, privilegiando estudos sobre práticas culturais, religiosas e políticas de populações até então silenciadas. Como você avalia o impacto dessa mudança de paradigma na escrita da história do Brasil?

Ynaê Lopes dos Santos - Bem, a inserção de intelectuais negros e negras nas ciências humanas — um processo intensificado a partir das políticas de ação afirmativa e da ampliação do acesso às universidades públicas — produziu um deslocamento importante na escrita da história do Brasil. Como tenho argumentado, essa entrada não significou apenas o aumento da representatividade, mas a emergência de novas perguntas, novas epistemologias e novas formas de narrar o passado. A presença de pesquisadores negros e negras tensionou os limites do que se entende por “história nacional”, mostrando que o Brasil não pode ser pensado sem o racismo que o constitui e sem as experiências negras que o transformaram. Ao colocar a escravidão e o racismo como eixos estruturantes da formação social, a historiografia contemporânea passou a revelar os silenciamentos, as violências e também as resistências que marcaram a construção da sociedade brasileira. Essa mudança de paradigma, desafia a neutralidade da escrita histórica e propõe uma história comprometida com a verdade das populações que foram sistematicamente excluídas das narrativas

oficiais, e aqui cito o papel crucial de trabalhos de Beatriz Nascimento e Clóvis Moura..

Esse deslocamento impactou profundamente os temas, as fontes e as metodologias mobilizadas pela historiografia. A ampliação do corpo docente e discente negro e indígena gerou não apenas novas interpretações, mas novos arquivos e formas de fazer história, valorizando a oralidade, a memória e as práticas culturais como fontes legítimas de conhecimento histórico. Como tenho defendido, o desafio é compreender que essas formas de saber não são “alternativas” ou “complementares”, mas centrais para o entendimento da experiência brasileira. A história urbana, por exemplo, quando observada a partir das populações negras e de seus territórios — como a Pequena África e o Cais do Valongo —, revela uma cidade profundamente atravessada por hierarquias raciais, mas também por práticas de resistência e reexistência. Esse tipo de abordagem desloca o olhar do centro para as margens e das elites para as ruas, permitindo perceber a contribuição intelectual, cultural e política das populações negras para a construção da modernidade brasileira.

Por fim, o impacto dessa transformação é também teórico: ele altera a própria gramática com que pensamos o Brasil. A historiografia produzida por intelectuais negros e negras demonstra que não é possível narrar o passado do país sem confrontar o mito da democracia racial e sem entender o racismo como estrutura e projeto de poder. Esse enfrentamento não se restringe à denúncia — ele também propõe caminhos de reinterpretação do que é “nacional”, “popular” e “moderno”. Ao reinscrever sujeitos historicamente silenciados no centro da narrativa, essa historiografia abre espaço para imaginar outros futuros possíveis. Estudar o Brasil sem a perspectiva racial é escrever uma história propositadamente incompleta. Portanto, incorporar e aprender com as vozes negras e indígenas é fazer justiça histórica, mas também reinventar a própria noção de conhecimento. Trata-se de reconhecer que os intelectuais negros e negras não são apenas objetos de estudo, mas produtores de teoria e pensamento crítico sobre o país — condição indispensável para que a história do Brasil seja, enfim, contada em toda a sua complexidade.

6. No livro “Racismo Brasileiro” você afirma que “não há história do Brasil sem o racismo”. Ou seja, a questão racial é central para a

compreensão da formação social brasileira. Considerando o atual cenário político brasileiro, marcado pelo avanço da extrema-direita, é possível afirmar que está ocorrendo uma espécie de atualização do discurso do mito da democracia racial, que visa desqualificar importantes conquistas das últimas décadas, como por exemplo, as políticas de cotas?

Ynaê Lopes dos Santos - A escritora Conceição Evaristo afirmou recentemente que o Brasil está menos cínico, mas não necessariamente menos racista — e eu concordo plenamente com essa leitura. O que temos assistido nos últimos anos é uma reconfiguração mais explícita e agressiva dos discursos racistas, que não mais se escondem atrás de um verniz de cordialidade. O caso recente da Universidade de São Paulo (USP) ilustra bem essa dinâmica: uma candidata negra, aprovada em primeiro lugar para uma vaga na Faculdade de Letras, teve seu concurso cancelado após cinco candidatos brancos se unirem para impugnar o resultado com argumentos frágeis e inconsistentes — rejeitados pela própria unidade, mas acolhidos pelas instâncias superiores da universidade. Como bem analisa Cida Bento, trata-se da manifestação do pacto narcísico da branquitude, que atua para proteger os privilégios raciais sob o disfarce de zelo técnico ou meritocrático. Isso demonstra que o racismo se atualiza constantemente, adaptando-se às novas configurações institucionais e políticas, e que sua reprodução não é exclusividade da extrema-direita — embora seja nela que esse discurso encontra maior legitimidade e espaço de disseminação pública. É justamente esse campo político que, ao recuperar com força a retórica da "democracia racial", tenta desqualificar as políticas de ação afirmativa, como as cotas, por meio de uma falaciosa defesa da igualdade formal. O discurso da extrema-direita — muitas vezes travestido de “defesa da unidade nacional” — utiliza-se da ideia de que são os antirracistas que “dividem o Brasil”, quando, na verdade, é o próprio racismo estrutural que historicamente produziu e reproduziu desigualdades profundas no acesso a direitos e oportunidades.

Nesse cenário, o que se observa é uma tentativa deliberada de reconstruir o imaginário do Brasil como um país racialmente harmonioso, negando as conquistas históricas que os movimentos negros e indígenas vêm acumulando nas últimas décadas. Essa reatualização do mito da democracia racial não apenas minimiza o racismo como força estruturante da sociedade brasileira, mas opera

para fragilizar os avanços institucionais e simbólicos que vêm sendo conquistados com muito custo. Algo semelhante ocorre nos Estados Unidos, especialmente após a eleição de Donald Trump, e seus efeitos ecoam no Brasil: há um recuo visível de setores econômicos e empresariais em sustentar políticas voltadas à equidade racial, sejam elas públicas ou privadas. O enfraquecimento dessas agendas revela como os compromissos com a justiça racial eram, muitas vezes, superficiais ou reativos a pressões conjunturais. Embora tenhamos, de fato, avançado em termos de representatividade — e isso não deve ser desconsiderado —, esse avanço é insuficiente por si só. É preciso compreender que a presença de pessoas negras e indígenas em espaços de visibilidade não altera automaticamente a estrutura de exclusão do racismo brasileiro, especialmente se essas presenças não forem acompanhadas de consciência racial e de poder real de decisão. A transformação substancial exige mais do que símbolos: exige a ocupação crítica e consciente de todos os espaços de poder, para que as políticas de igualdade não apenas existam, mas sejam sustentadas, ampliadas e efetivamente implementadas.

7. Ainda sobre o livro, além de contextualizar a história do racismo à brasileira, a obra trata das diferentes estratégias de resistências articuladas pelos/as negros/as visando o enfrentamento do projeto do “genocídio do negro/a brasileiro/a”. A despeito desse projeto, como escreveu Conceição Evaristo, “a gente combinamos de não morrer”. Gostaria de saber se para a senhora, em quais aspectos a atual agenda do movimento negro se difere das demandas apresentadas pelas gerações anteriores.

Ynaê Lopes dos Santos - Ao pensar a trajetória do movimento negro brasileiro, é fundamental compreender, como destaca Amílcar Pereira, que não existe um único movimento negro, mas uma pluralidade de movimentos, agendas e estratégias que se modificam ao longo do tempo. Essa pluralidade é uma das maiores riquezas do movimento, pois reflete as diferentes experiências, contextos e modos de luta da população negra no Brasil. Desde o pós-abolição, o movimento negro tem desempenhado um papel central como educador — não apenas no sentido formal, mas como produtor de consciência crítica e de saberes voltados para a emancipação coletiva. Muitas das conquistas que temos hoje, como as Leis 10.639 e 11.645 ou as políticas de cotas raciais, derivam dessa atuação

pedagógica e de uma insistência histórica em tensionar o lugar do negro na sociedade brasileira, especialmente por meio da luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, reforçando a perspectiva defendida por Nilma Lino Gomes do movimento negro e seu papel educador. Assim, parte significativa do movimento contemporâneo segue essa tradição, reafirmando que a educação é um dos principais instrumentos de combate ao racismo estrutural e de construção de um país verdadeiramente democrático.

No entanto, reconheço que a agenda do movimento negro atual se diversificou, especialmente com o advento das redes sociais, que ampliaram o alcance, mas também fragmentaram as formas de mobilização. Essa pulverização permitiu o surgimento de novas pautas, como a da representatividade, que considero importante para a construção da autoestima e de horizontes de futuro para as juventudes negras. Contudo, entendo que a representatividade, isoladamente, não é suficiente para alterar as estruturas profundas do racismo. Por isso, afasto-me das vertentes do movimento negro que se alinham a perspectivas neoliberais, muitas vezes centradas em trajetórias individuais de ascensão, e sigo acreditando e trabalhando ao lado dos movimentos que defendem transformações radicais — sociais, raciais e econômicas — como condição para a verdadeira justiça racial. É nesse horizonte coletivo e crítico que enxergo a continuidade e a potência do movimento negro brasileiro: na sua capacidade de reinventar-se sem perder de vista a centralidade da luta por igualdade e pela reconstrução profunda das bases da sociedade.

8. Professora, você projeta uma possibilidade de agenda enquanto intelectual negra engajada no ensino e pesquisa sobre a temática negra para os próximos anos?

Ynaê Lopes dos Santos - Sem dúvida alguma. Eu acredito e estou envolvida num projeto, uma agenda intelectual que siga comprometida com o aprofundamento das reflexões sobre raça, história e memória, e que dialogue com a urgência de revisitar criticamente os próprios fundamentos da ideia de “Brasil”. Um dos eixos centrais dessa agenda é justamente repensar a categoria “pardo”, não como um espaço de conciliação racial, mas como um marcador de tensão — conceito que tem sido defendido por intelectuais negros de diferentes áreas das

ciências humanas . O que se ganha, ao reexaminar criticamente o debate sobre o pardo, é a possibilidade de desnaturalizar uma posição historicamente construída para conter a potência política do povo negro. Essa discussão, a meu ver, é fundamental para compreender o modo como o racismo brasileiro se perpetua por meio da ambiguidade, do silêncio e da recusa em nomear as hierarquias raciais. Assim, pensar o pardo não é apenas um exercício conceitual, mas um modo de confrontar o coração do mito da democracia racial e de propor novas formas de narrar a experiência histórica brasileira — uma história que reconheça o conflito, a desigualdade e a resistência como dimensões estruturantes do país.

Atualmente, essa reflexão orienta um conjunto de frentes de pesquisa que desenvolvo, todas articuladas em torno da compreensão dos legados da escravidão, do racismo e da produção de conhecimento sobre as populações negras nas Américas e no Atlântico. Uma delas é um estudo comparado sobre intelectuais negros do Brasil, Cuba, Haiti e Estados Unidos — como Juan Gualberto Gómez, Lino Dou, W.E.B. Du Bois, Anténor Firmin, Manoel Querino e Juliano Moreira — que examina como esses pensadores, nascidos ainda sob a vigência ou os efeitos diretos da escravidão, construíram interpretações próprias sobre o racismo científico e as teorias da degenerescência racial. Busco compreender como esses intelectuais enfrentaram, com rigor e criatividade, as violências epistemológicas do Ocidente, elaborando concepções originais sobre humanidade, ciência e nação. Acredito que revisitar suas trajetórias e escritos é também um modo de descolonizar a história das ideias e de reconhecer que o pensamento negro moderno não é uma resposta periférica à teoria europeia, mas um de seus grandes centros de criação.

Em paralelo, mantenho pesquisas que aprofundam o estudo de figuras como Juliano Moreira — cuja trajetória intelectual e médica permite repensar a relação entre raça, ciência e loucura no Brasil da Primeira República — e que colaboram com iniciativas coletivas voltadas à memória e à reparação, como a investigação sobre o acervo Nosso Sagrado e o projeto internacional sobre reparações históricas coordenado pela Universidade de Bristol. Esses trabalhos buscam não apenas reinterpretar o passado, mas propor novas práticas de pesquisa e ensino comprometidas com a justiça racial e epistêmica. Por isso, a agenda que projeto para os próximos anos envolve também o fortalecimento de espaços de formação e debate público — universidades, museus, escolas,

laboratórios de pesquisa e coletivos — que afirmem o papel do movimento negro enquanto educador e produtor de conhecimento crítico. Mais do que estudar o racismo, trata-se de seguir criando caminhos para superá-lo, reinventando o Brasil a partir das vozes, experiências e saberes que historicamente foram silenciados.

Desse modo, a perspectiva negra, assim como a perspectiva indígena, quando tomadas em toda a sua complexidade e profundidade, constituem convites inadiáveis para uma revisão crítica da própria produção acadêmica brasileira. Ambas desestabilizam os cânones, questionam as hierarquias de saber e nos obrigam a repensar quem fala, de onde se fala e a serviço de que projetos se produz conhecimento no país. Conforme dito anteriormente, essas abordagens não representam meros acréscimos temáticos, mas transformações estruturais na forma de pensar o Brasil, suas histórias e suas epistemologias. Esse movimento vem sendo construído por diferentes intelectuais — em sua maioria negros — que, a partir de suas experiências e formações plurais, têm ampliado o horizonte da reflexão acadêmica, propondo outras linguagens, metodologias e formas de leitura do mundo: um projeto que espero não ter data para acabar.